

Avançar com o atual concurso de privatização da SATA “será uma enorme irresponsabilidade”

Avançar com o atual concurso de privatização da SATA Internacional depois dos alertas deixados pelo presidente do júri sobre a falta de capacidade técnica e financeira do único concorrente para assegurar a viabilidade da companhia “será uma enorme irresponsabilidade”, afirmou o deputado António Lima.

O Bloco de Esquerda propôs a anulação urgente do concurso de privatização da SATA que está em curso, mas a iniciativa foi rejeitada por PSD, CDS, PPM, IL e CH, levando a que o concurso prossiga, apesar de o único possível comprador ter tido uma nota de avaliação muito baixa: 46,69 em 100 possíveis.

“Quem quer continuar com este processo quer enterrar a SATA, quer pôr em causa os postos de trabalho e quer pôr em causa a economia dos Açores”, acusou o deputado do Bloco de Esquerda.

Recorde-se que nos últimos dias, os representantes dos trabalhadores da SATA manifestaram-se contra a venda da SATA ao único consórcio que está a concurso, e a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada também manifestou reservas em relação à avaliação do concorrente.

Antes disso, já o atual presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e atual vice-presidente do PSD Açores, tinha afirmado publicamente que com o processo de privatização da Azores Airlines em curso o futuro seria “muito incerto e nada auspicioso”.

Durante o debate o Bloco de Esquerda deixou bem claro que é contra a privatização da SATA Internacional e que defende que a Região deve invocar o estatuto de Região Ultraperiférica junto da Comissão Europeia para negociar um regime de exceção para a SATA Internacional, tendo em conta o papel essencial que tem para a mobilidade dos açorianos e para a economia da Região.

De qualquer forma, apesar da posição de fundo do Bloco de Esquerda, que é a contra a privatização, a proposta que foi debatida hoje no parlamento incidia apenas sobre o atual concurso público.

“Este concurso é o mesmo que um carro a ir contra um muro. Esta proposta foi uma forma de tentar travar este desastre anunciado”, disse António Lima.

Mesmo assim, os partidos de direita optaram por deixar prosseguir o concurso em vez de recorrer à cláusula do caderno de encargos que prevê a anulação do concurso a qualquer momento por motivo de defesa do interesse público.

Horta, 11 de abril de 2024
